



colecção

Documentos de Trabalho

Manuel Ennes Ferreira

Pobreza absoluta e desigualdades sociais,
ajustamento estrutural e democracia
na R.D. São Tomé e Príncipe

Documento de Trabalho nº 14

Lisboa

1990



Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento

Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O CESA não confirma nem infirma quaisquer opiniões neles expressas.

Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R.D. São Tomé e Príncipe

Por Manuel Ennes Ferreira *

1. *Introdução*

Herdeira de uma estrutura económica colonial caracterizada pela quase absoluta monocultura e monoexportação do cacau, a R.D. de São Tomé e Príncipe tem sentido elevadas dificuldades em alterar estruturalmente e de modo significativo esta situação.

A política económica aplicada logo após a Independência (1975), colocou tarefas bastante complexas de gestão não só económica mas igualmente social, administrativa e institucional, que se vieram a reflectir no elevado peso intervencionista do Estado.

As dificuldades que daí emanaram, aliadas à manutenção da dependência económica do cacau que viu o seu preço internacional anual baixar sucessivamente, acabaram por se traduzir em quebras das produções agrícolas internas e um recurso crescente à ajuda internacional (em termos financeiros e de produtos básicos). Não tardou, assim, que o Governo são-tomense acabasse por vir a aplicar um Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1987, contando com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).

* Mestre em Economia, Assistente no Instituto de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa-(ISEG/UR) e membro do Centro de estudos sobre África (CESA/ISEG).

O autor agradece à Dr.ª Maria dos Anjos Almeida, do Ministério do Emprego e Segurança Social, Portugal, a sua disponibilidade e acesso a 3 Relatórios do Ministério da Saúde, Trabalho e Segurança Social de S. Tomé e Príncipe, elaborados no quadro da cooperação estabelecida entre aqueles Ministérios e onde a Dr.ª Maria dos Anjos chefiou o projecto "Implementação dum Sistema Integrado de Estatísticas do Trabalho em São Tomé e Príncipe", 1988.

Partindo desta caracterização, o objectivo deste estudo visa tentar analisar, quantificando, as repercussões sociais da evolução da situação económica em S. Tomé, partindo do nível de distribuição do rendimento.

Tomando como base a satisfação das necessidades básicas alimentares, ir-se-à procurar aferir o grau de pobreza em S. Tomé socorrendo-nos de uma metodologia específica: a “proporção do rendimento dispendido na alimentação” (PRDA). Far-se-à a comparação de duas situações: em 1978 e 1988. De seguida, elaborar-se-à um cenário alternativo com inclusão de um produto alimentar tradicional e ver-se-ão as repercussões no grau de pobreza. Finalmente, tecer-se-ão algumas considerações sobre os efeitos conjugados que o processo de democratização em curso no país e a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural podem ter ao nível das desigualdades sociais da sociedade são-tomense.

2. Breve síntese económica da R.D. S. Tomé e Príncipe

2.1. A situação económica interna

A pequena dimensão do país e a sua insularidade aliadas à dominação do cacau, conferem a esta economia uma elevada vulnerabilidade face ao evoluir da situação económica internacional¹.

O cacau, responsável por cerca de 88.5% das receitas de exportação nos anos 80, viu não só a sua produção baixar das 11.586 toneladas em 1973 para as 3.957 toneladas em 1987, como também o seu preço internacional: 3.492 dólares/T em 1979, 3.192 em 1984 e 1.392 em 1989².

A par desta quebra simultânea da produção e dos preços internacionais do cacau, as restantes *produções agrícolas nacionais* — de exportação ou de consumo interno — acompanharam aquela tendência (ver QUADRO 1).

No cômputo geral, a agricultura representou 24.6% do PIB em 1988.

Para além da agricultura, a produção industrial e a pesca são outros sectores de actividade económica.

¹ Uma análise mais detalhada pode ser encontrada em Manuel Ennes Ferreira, *Distribuição do rendimento e pobreza absoluta num pequeno país insular e de economia monoexportadora: o caso da R. de S. Tomé e Príncipe (1978-1984)*, Colecção Documentos de Trabalho n.º 14, Centro de Estudos sobre África (CESA/ISEG), 78 pp. Este trabalho foi apresentado em 1986 durante o 4.º Curso de Mestrado em Economia do ISEG na cadeira de Economia Social e sob a orientação da Prof.ª Manuela Silva.

² Nações Unidas, UNCLDC II/CP. 28, *Memória de São Tomé-et-Príncipe (1990)*, Geneva, Abril, 1990, p. 1.

A *produção industrial* resume-se a pequenas empresas no sector agro-alimentar (cerveja, bebidas, pão e óleo de palma), madeiras e mobiliário e outras unidades da indústria ligeira (tijolos, cerâmica, sabão e textéis). Emprega cerca de 1500 trabalhadores e representou menos de 1% das exportações e 6.9% do PIB em 1988.

QUADRO 1

Produções agrícolas de exportação e alimentares (toneladas)

	1979	1980	1982	1984	1985	1986	1987
De exportação:							
copra	4.010	4.300	3.774	2.830	3.144	3.216	2.186
coconote	520	598	317	211	185	180	67
pimenta	—	13	9	6	—	2	2
café	51	72	95	54	15	21	9
Alimentares:							
milho	—	—	422	384	272	116	100
bananas	4.161	4.807	4.448	5.157	5.296	3.193	2.072
fruta-pão	—	—	1.231	1.250	650	597	795
óleo de palma	—	—	258	221	278	272	177
matabala	1.179	171	370	275	615	1.753	742
batata doce	—	—	18	24	29	13	17

Fonte: The Economist Intelligence Unite (EIU), *Country Profile (Angola & São Tomé)*, 1985, 1985 (Supl.) e 1988-89; ONU, *Special Economic Assistance to São Tomé and Príncipe*, A/39/394, 1984 e UNCTAD, *Les Pays les Moins Avancés*, TD/B/1027, New York, 1985.

Na *pesca*, ao contrário do que aconteceu com a agricultura, assistiu-se inicialmente a uma subida nas suas capturas (de 1975 a 1984) seguido de quebras sucessivas. Para além da companhia estatal, cerca de 1200 pescadores tradicionais asseguram metade das capturas. O seu peso no PIB é de 4.3%.

O sector dos *serviços*, que não gera quaisquer ganhos em divisas, representa 60% do PIB.

Em termos globais, o crescimento real do PIB a preços de mercado (a preços constantes de 1983) foi de -13.8% em 1981, 3.3% em 1982, -11.9% em 1983, -4.3% em 1984, -1.4% em 1987 e possivelmente 1.5% em 1989.

Para fazer face à quebra da produção nacional e em particular no domínio dos produtos alimentares, a alternativa seguida pelo governo são-tomense foi a de socorrer-se da importação.

O peso das importações de produtos alimentares no total importado assumiu importância de primeiro plano: 38.3% em 1977, 35% em 1979, 34% em 1981, 31% em 1983 e 35% em 1988. O peso dos outros bens de consumo (incluindo os bens intermédios) situou-se igualmente na faixa dos 30-40%, o que significa que restou uma parcela menor para bens de equipamento.

Se tomarmos em consideração o facto de se estimar em 30% o sobre-custo das importações devido às dificuldades de transporte de mercadorias e à ausência de equipamento portuários adequados³, aliado ao facto das disponibilidades cambiais se reduzirem ano após ano (diminuição das exportações de cacau), percebe-se facilmente as dificuldades financeiras externas de São Tomé. A balança comercial apresentou-se invariavelmente deficitária na década de 80.

Deste modo, não surpreende que o governo se tenha visto na necessidade de, por um lado recorrer crescentemente ao endividamento externo, e por outro, ao apelo à ajuda externa financeira e material.

No primeiro caso, o ratio do serviço da dívida (serviço da dívida em percentagem das exportações) retrata aquela evolução e as dificuldades que se avolumaram: 0.6% em 1979, 8.3% em 1981, 26.9% em 1983, 50.9% em 1985 e 66% em 1988. Do mesmo modo, o ratio da dívida total em termos do Produto Nacional Bruto (PNB) passou dos 120% em 1981 e 133% em 1983, para os 174% em 1985 e 1986, um dos mais elevados do Mundo⁴.

Esta tendência foi acompanhada por uma relativa “multilateralização” do endividamento: no seu total, os credores multilaterais passaram de 39% em 1987 para os 51% em 1989. A par deste movimento diminuíram os créditos bilaterais e os acordos financeiros comerciais⁵.

No segundo caso, a sua importância aquilata-se pelo facto de durante a maior parte da década de 80 cerca de metade do financiamento externo ter sido constituído por dádivas. O elemento-dádiva dos créditos de médio e longo-prazo foi superior a 50%, o que é em termos globais excepcional⁶.

³ Nações Unidas, *Mémoire de São Tomé-et-Príncipe (1990)*, Geneva, 1990.

⁴ EIU (1988-89), p. 66.

⁵ Nações Unidas (1990), pp. 5-6.

⁶ Nações Unidas (1990), p. 6.

Por outro lado, e do ponto de vista da ajuda alimentar, a relação entre esta e a capacidade de importação e de produção do país foi a seguinte:

	Importação/Ajuda Alimentar		Produção/Ajuda Alimentar			
	1983	(%)	1985	1983	(%)	1985
Cereais	17		23	8		7
Arroz	59		130	0		0
F. de trigo	26		531	0		0
F. de milho	10		—	3		—
Feijão	27		99	1		2
Óleo	25		108	14		39
Leite (pó)	25		83	48		300
Carne/Peixe	20		100	1640		1640
Açúcar	66		160	0		0

Fonte: EIU (1985); UNCTAD, *Special Economic and Disaster Relief Assistance: Special Programmes of Economic Assistance, A/40/441, 1985* e *Ministério da Cooperação da R.D. São Tomé e Príncipe, Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento (Vol. I), 1985.*

As quantidades de cereais que no conjunto da ajuda alimentar e importações se havia situado nas 7.000 toneladas/ano em 1983 e 1985, passou para as 7.400, 6.400 e 11.600 toneladas, respectivamente em 1987, 1988 e 1989 (só ajuda alimentar). As quantidades de ajuda em outros produtos não-cereais passou das 1.100 toneladas em 1987 para as 3.100 toneladas em 1989.

2.3. O Programa de Ajustamento Estrutural

Perante os desequilíbrios económicos e financeiros do país e as repercussões destas no campo social (nomeadamente ao nível da satisfação das necessidades fundamentais), o governo pôs em prática, desde Junho de 1987, a aplicação de um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE).

Os dois grandes objectivos do PAE são: o restabelecimento dos grandes equilíbrios internos monetários e financeiros e o estímulo ao crescimento pelo desenvolvimento do sector agrícola a fim de restaurar o equilíbrio externo.

⁷ World Food Programme (WFP), *Food Aid Review (1990)*, Itália, 1990.

Em síntese, o Programa de Ajustamento Estrutural apresenta-se na seguinte forma:

PROGRAMAS E APOIOS FINANCEIROS	OBJECTIVOS	MEDIDAS
Fundo Monetário Internacional (Facilidade de Ajustamento Estrutural: 2 milhões de dólares para 1989/90, dos quais metade concedidos)	1) Liberalização da economia	— afastamento progressivo do Estado da gestão das actividades produtivas — reestruturação do sector público — liberalização dos preços — diminuição das subvenções estatais ao preço dos produtos importados
Banco Mundial (ao abrigo da Facilidade Especial à África Sub-Sahariana concedeu 2.3 milhões de DTS. Actualmente pôs à disposição um Fundo Social e de Infraestruturas, para compensar os custos sociais do PAE)	2) Desenvolvimento da produção de cacau	— concessão de crédito ao sector privado — autonomia às empresas no domínio da política salarial e contratação da mão-de-obra — entrega de plantações de cacau à gestão estrangeira para reabilitação e exploração por 15 anos
Banco Africano de Desenvolvimento (apoia os projectos no domínio da recuperação da produção agrícola - cacau -, transportes e telecomunicações. Já concedeu 10 milhões de dólares e vai contribuir com 30 milhões em 1990/91)	3) Crescimento e diversificação agrícola	— distribuição de terras a pequenos agricultores para produtos de consumo — entrega de plantações de cononote, copra e café à gestão estrangeira para a reabilitação e exploração por 15 anos
	4) Redução dos encargos do serviço da dívida externa	— reescalonamento da dívida externa — mobilização do apoio financeiro da comunidade internacional (pública e privada)

A par destas medidas que visam objectivos macroeconómicos, outras *medidas de impacto social* estão incluídas na PAE, nomeadamente: redução das despesas públicas; diminuição do número de funcionários públicos; aumento dos impostos; aumento do salário mínimo nacional; desvalorização da Dobra, etc.

O impacto destas medidas conjuntamente com a liberalização dos preços e o fim dos subsídios atribuídos ao preço de produtos importados que são grande base do consumo alimentar da população são-tomense, podem criar alguma instabilidade social, política e económica.

Com base na experiência da aplicação de Programas desta natureza noutros países africanos, existe a tentativa de obter junto das instituições financeiras internacionais, apoio para compensar os chamados *custos sociais do ajustamento*. As suas repercussões ao nível da redistribuição do rendimento e acesso aos bens e serviços fundamentais estão directamente ligados aos objectivos do presente estudo.

3. A situação social e a distribuição do rendimento em S. Tomé e Príncipe

3.1. O acesso a bens e serviços fundamentais: alguns indicadores sociais e económicos

A população de S. Tomé, em 1987, era de 112.113 habitantes com uma taxa de crescimento demográfico anual de 2.6%⁸. A percentagem de indivíduos com menos de 15 anos atingia 46.9% da população total.

Do ponto de vista da *saúde*, a taxa bruta de mortalidade atingiu os 11.5% em 1988⁹, contra os 8.7% em 1987¹⁰, 10% em 1980¹¹ e 9.5% em 1983¹². A taxa bruta da natalidade era de 35% em 1987, contra 39% em 1980 e 43% em 1983, de acordo com as mesmas fontes. A taxa bruta de mortalidade infantil foi de 70% em 1987, contra 72% em 1980 e 62% em 1983. Neste último caso, em particular, a falta de medicamentos que se começou a sentir a partir de 1986 aliada a um surto de epidemia de malária explicam a evolução.

Do balanço destas taxas resulta uma esperança de vida à nascença de 61.2 anos.

Em 1987 existiam 40 médicos em todo o país, situação que retrata um agravamento ao longo dos anos: em 1981 existiam 2246 habitantes por médico, em 1984 cerca de 1187¹³ e em 1987 esse número aumentou para 2800. O número de camas de hospital por 1000 habitantes passou das 7.1 em 1983 para 6.3 em 1984.

As principais causas de hospitalização, em 1982, foram: diarreia, bronquite, pneumonia, anemia, gripe. A taxa de mortalidade, de acordo com as causas de hospitalização, foram: 653% para a hipertensão e coração, 588% para o tétano, 1925% para a pneumonia, 143% para a dissintéria, 99% para a tuberculose e 77% para o paludismo.

Em termos de saúde materno-infantil, em 1983 os grupos alvo foram cobertos do seguinte modo: consulta pré-natal, 60%; consulta preventiva até 2 anos, 3.5%; consulta preventiva dos 2 aos 4 anos, 1.4%; consulta post-natal, 16% e planificação familiar, 2%¹⁴. A proporção de mulheres grávidas que dão à luz numa maternidade situa-se entre os 80-90%.

⁸ De acordo com EIU (1988-89), p. 48.

⁹ Nações Unidas, *Mémoire de STP*, 1990, p. 3.

¹⁰ EIU (1988-89).

¹¹ Segundo UNCTAD, *Les pays les Moins Avancés — Rapport 1984*, New York, 1985, p. 72.

¹² Ministério da Cooperação da R.D.S. Tomé e Príncipe, *Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento*, Vol. I, 1985, p. 129.

¹³ Ministério da Cooperação da RDSTP (1985).

¹⁴ Ministério da Cooperação da RDSTP (1985).

Quanto à *educação*, a taxa bruta de escolaridade na população dos 6-10 anos era de 154%, enquanto na população dos 11-15 anos era de 35% e na dos que se situam acima dos 15 anos, 19%.

No ensino primário, a proporção professor/alunos era de 1/32 enquanto no secundário se situava em 1/36. Em termos de formação pedagógica, a percentagem daqueles que não tinham essa formação, para o ensino primário, era de 55% e no ensino secundário 94%¹⁵. No ensino técnico-profissional existiam 27 professores, dos quais 10 eram cooperantes. No ensino pré-universitário, existiam 28 professores e onde 23 eram cooperantes.

De tudo isto resulta, para 1985, uma taxa de analfabetismo de 44%.

No que respeita à *habitação*, em 1985, cerca de 22% dos lares possuíam água corrente, 57% têm acesso a um ponto de água corrente e 9% têm latrinas¹⁶.

Quanto à *nutrição*, a ração calórica média diária era de 2324 calorias, o que representava cerca de 76% das necessidades¹⁷, enquanto em 1984 esse valor baixou para as 2103 calorias, ou seja, 68% das necessidades¹⁸. Quanto ao consumo de cereais, o seu valor por habitante foi de 89 Kg, em 1982, a que corresponde uma taxa de auto-suficiência de 9%.

Quanto ao *emprego*¹⁹, para uma população activa de 41.000 habitantes, a taxa de desemprego ronda os 21.5%. Contudo, se se considerar a taxa de desemprego com duração superior a 1 anos ela atinge os 67%.

Nos Homens, e para 1987, a taxa de desemprego é de 12.1% envolvendo 3.100 pessoas, quando em 1981 era apenas de 2.3%; nas Mulheres, a taxa atinge os 35.2% e envolve 5.700 pessoas, enquanto em 1981 era de 7%.

Efectuando esta análise por grupos etários, constata-se que na faixa dos 14/19 anos a taxa de desemprego é de 49.3% com um peso no total do desemprego de 43%. Na faixa dos 20/24 anos esses valores são, respectivamente, 59% e 28%.

¹⁵ Para um total de 256 professores, 8 tinham formação pedagógica, 7 eram cooperantes e 241 não tinham formação pedagógica (Ministério da Cooperação da RDSTP, 1985).

¹⁶ Ver Ministério da Cooperação da RDSTP (1985) e EIU (1988-89).

¹⁷ UNCTAD, *Les Pays les Moins Avancés, Rapport de 1984*, TD/B/1027, e TD/B/1027 Add. 1, New York, 1985.

¹⁸ EIU (1988-89).

¹⁹ Ver Ministério da Saúde, Trabalho e Segurança Social (RDSTP), *Inquérito ao Emprego e Desemprego (3.º Trimestre de 1987)*, 1988.

Quanto às *remunerações médias*, em 1988 a população assalariada auferia 4.529 Dobras/mês. No entanto, a remuneração média nos Bancos e Seguros era de 8.919 Dobras enquanto na Agricultura esse valor era de 3.828 Dobras. A análise ao nível do cargo de Director indica que na Indústria o salário médio era de 22.499 Dobras, nos Bancos era de 13.745 e na Agricultura era 10.378 Dobras.

Por contraste, no sector informal²⁰ os proprietários recebiam à volta das 7.000-8.000 Dobras na indústria, comércio e restaurantes e 15.000 na construção. Os assalariados deste sector recebiam de 3.000 a 4.000 Dobras, com excepção do sector da construção onde auferiam 9.000 Dobras.

Em face das dificuldades de acesso aos bens e serviços fundamentais que a população necessita, tem-se assistido a um êxodo do meio rural para os centros urbanos, agravando a pressão que se exerce sobre estes. Assim, em Água Grande concentra-se 30.6% da população, 29% dos estabelecimentos e 27% da população assalariada.

Em conclusão: as condições sociais e económicas em S. Tomé têm vindo a deteriorar-se sucessivamente no tempo. A vetustidade e a insuficiência de escolas; a falta de professores qualificados e de material educativo. A degradação dos equipamentos no campo sanitário e a falta de pessoal qualificado. A precaridade das condições de habitação dos trabalhadores no mundo rural a que se adiciona o acréscimo de pobreza urbana, criando-se zonas de bidonville (por exemplo, em Riboque). A falta de condições económicas para garantir a obtenção de bens no exterior, etc., são algumas características da situação na R.D.S. Tomé e Príncipe.

Em termos globais esta caracterização não permite distinguir a forma como se comportam as diversas camadas sociais. Por alguns elementos já fornecidos constata-se que são os jovens e as mulheres os primeiros a pagar a factura, nomeadamente pela dificuldade de acesso ao emprego — fonte primária de obtenção de rendimentos.

Assim sendo, ir-se-à, em seguida, analisar a distribuição do rendimento e o grau de pobreza a ela associado.

3.2. *A distribuição do rendimento em S. Tomé*

A impossibilidade de ter acesso, por inexistência, de dados estatísticos que retratassem os rendimentos por famílias e sua distribuição nas

²⁰ Ver Ministério da Saúde, Trabalho e Segurança Social (RDSTP), *Inquérito ao Sector Não Estruturado*, 1989.

várias componentes do consumo, levou-nos a utilizar e a trabalhar com *classes de rendimento para a população assalariada*.

O estudo que se apresenta vai comparar dois períodos: 1978 e 1988, este último respeitante ao ano imediato ao início da aplicação do PAE.

Em 1978 a população activa era composta por 29.000 indivíduos. A nossa análise abordará cerca de 16.000 trabalhadores assalariados, isto é, uma taxa de representatividade de 55%.

Em 1988 a população activa passou a ser de 41.000 indivíduos e o desemprego alcançava os 8.000. A população assalariada coberta no estudo é de 11.692 trabalhadores, isto é, representa 33% daquele universo. O sector não formal é composto por 4.000 pessoas.

Feito um trabalho de agregação do número de pessoas em cada classe de rendimento, apurou-se a seguinte distribuição do rendimento para os anos de 1978 e 1988:

Distribuição do rendimento da população assalariada
R.D.S. Tomé e Príncipe (1978)

CLASSE SALARIAL (Dobras/mês)	NÚMERO DE TRABALHADORES	RENDIMENTO TOTAL	% ACUMULADA	
			TRAB.	REND.
< 1500	1.173	1.759.000	6.9	3.5
1500 — 2000	4.089	8.178.000	31.1	19.9
2000 — 3000	7.738	20.139.000	77.0	60.2
3000 — 4000	1.881	7.139.500	88.1	74.5
4000 — 6000	1.324	6.729.000	96.0	87.9
> 6000	671	6.041.000	100.0	100.0
TOTAL	16.876	49.986.000		

Fonte: Cálculos do autor a partir de Ministério do Trabalho e Previdência Social de STP, *Mapas de Estatísticas de Níveis Salariais*, 1978.

Distribuição do rendimento da população assalariada
R.D.S. Tomé e Príncipe (1988)

CLASSE SALARIAL (Dobras/mês)	NÚMERO DE TRABALHADORES	RENDIMENTO TOTAL	% ACUMULADA	
			TRAB.	REND.
< 2000	463	926.000	4.0	1.7
2000 — 3470	2.549	7.647.000	25.8	16.0
3470 — 4000	4.309	15.680.619	62.7	45.4
4000 — 6000	2.444	12.220.000	83.6	68.3
6000 — 8000	1.029	7.203.000	92.4	81.8
> 8000	898	9.634.500	100.0	100.0
TOTAL	11.692	53.311.119		

Fonte: Cálculos do autor a partir de Ministério da Saúde, Trabalho e Segurança Social, *Quadros de Pessoal*, 1988.

A ideia de concentração do rendimento na população analisada conduziu-nos ao apuramento do seguinte *coeficiente de Gini*;

	1978	1988
RURAL	0.17	0.14
URBANO	0.25	0.23
GLOBAL	0.22	0.23

De notar, sobretudo, o valor inferior que aquele coeficiente apresenta no meio rural comparativamente ao meio urbano. Sendo que a população rural respeita aos trabalhadores das roças de cacau, e utilizando estas técnicas trabalho-intensivas, será essa a explicação para aquele valor.

A interpretação a dar a estes valores deve ser, no entanto, cautelosa. Se por um lado ele diz respeito à população assalariada e que na sua esmagadora a maioria é empregue pelo Estado — o que explicaria tão baixo valor —, a realidade deste país, por outro, não indicia uma classe de proprietários (a não ser os pequenos agricultores e os pertencentes ao sector não-formal).

Assim, dever-se-à admitir como base de partida esta distribuição de rendimento a qual deverá ser complementada com uma informação mais detalhada quanto às facilidades e formas de acesso a bens e serviços por parte das diversas categorias socio-profissionais. Do mesmo modo, a distribuição do rendimento no sector não-formal (proprietários e assalariados) deve ser tomado em consideração.

Quanto à distribuição do rendimento por quantis da população, apuraram-se os seguintes valores:

	0 - 5%	0 - 10%	90 - 100%	95 - 100%
1978	2.7	5.7	24.0	15.0
1988	2.4	5.7	22.0	13.0

Nota-se um ligeiro decréscimo entre 1978 e 1988 no rendimento distribuído aos 5% e aos 10% da população mais “rica”. No entanto, a diferença de rendimento atribuída aos 5% e aos 10% mais “pobres” ou mais “ricos” é nítida.

Para que melhor se possa ajuizar desta distribuição de rendimento na população assalariada, elaborámos quadros respeitantes ao meio rural e ao meio urbano para aqueles dois anos.

**Distribuição do rendimento da população assalariada
R.D.S. Tomé e Príncipe (1978)**

MEIO RURAL				
CLASSE SALARIAL (Dobras/mês)	NÚMERO DE TRABALHADORES	RENDIMENTO TOTAL	% ACUMULADA TRAB. REND.	
< 1500	949	1.423.500	7.9	4.7
1500 — 2000	3.900	7.800.000	40.4	30.8
2000 — 3000	6.089	15.734.000	91.1	83.3
3000 — 4000	638	2.482.000	96.4	91.5
4000 — 6000	358	1.913.500	99.3	97.8
> 6000	85	648.000	100.0	100.0
TOTAL	12.016	30.001.000		

MEIO URBANO				
CLASSE SALARIAL (Dobras/mês)	NÚMERO DE TRABALHADORES	RENDIMENTO TOTAL	% ACUMULADA TRAB. REND.	
< 1500	224	336.000	4.7	1.7
1500 — 2000	189	378.000	8.6	3.6
2000 — 3000	1.652	4.405.000	42.5	25.6
3000 — 4000	1.243	4.657.500	68.0	48.9
4000 — 6000	966	4.815.500	87.9	73.0
> 6000	586	5.393.000	100.0	100.0
TOTAL	4.860	19.985.000		

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor.

**Distribuição do rendimento da população assalariada
R.D.S. Tomé e Príncipe (1988)**

MEIO RURAL				
CLASSE SALARIAL (Dobras/mês)	NÚMERO DE TRABALHADORES	RENDIMENTO TOTAL	% ACUMULADA TRAB. REND.	
< 2000	376	752.000	4.8	2.5
2000 — 3470	1.975	5.925.000	29.6	21.9
3470 — 4000	3.992	14.433.000	79.7	69.1
4000 — 6000	1.234	6.170.000	95.2	89.3
6000 — 8000	271	1.897.000	98.6	95.5
> 8000	126	1.420.000	100.0	100.0
TOTAL	7.974	30.597.000		

MEIO URBANO				
CLASSE SALARIAL (Dobras/mês)	NÚMERO DE TRABALHADORES	RENDIMENTO TOTAL	% ACUMULADA TRAB. REND.	
< 2000	87	174.000	2.3	0.7
2000 — 3470	574	1.722.000	17.7	8.3
3470 — 4000	317	1.247.619	26.2	13.8
4000 — 6000	1.210	6.050.000	58.8	40.4
6000 — 8000	758	5.306.000	79.2	63.8
> 8000	772	8.214.500	100.0	100.0
TOTAL	3.718	22.714.119		

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor.

3.3. *A aproximação à pobreza em S. Tomé: a pobreza absoluta*

As diferentes formas alternativas de procurar identificar os pobres ou os grupos sociais que enfrentam dificuldades na satisfação de um nível mínimo das suas necessidades básicas, colocam desde logo o problema do método a adoptar.

A aproximação à pobreza conduzir-nos-ia, assim, à sua análise:

- em termos físicos, isto é, por uma aproximação directa sem envolver qualquer noção de rendimento;
- em termos monetários, ou seja, a partir da identificação dum

cabaz de produtos que satisfaçam as necessidades básicas: o chamado *rendimento de pobreza*, calculado em termos do mínimo nutricional calórico.

Se se definir aquele rendimento de pobreza estará identificada a linha (monetária) de pobreza, o que quer dizer, um nível mínimo de poder de compra e que definirá a fronteira dos que são pobres e dos que o não são.

São várias as críticas que se podem colocar à adopção da metodologia conducente à medição da pobreza baseada em normas monetárias ou em normas nutricionais²¹. Partindo delas, o método que utilizamos neste estudo e proposto por Fao (1981) — a *proporção do rendimento gasto em alimentação* — baseia-se nos seguintes pressupostos quanto ao comportamento do consumidor:

a) a alimentação tem um cariz prioritário para as pessoas extremamente pobres, ou seja, a pobreza extrema significa uma elevada elasticidade de despesa alimentar relativamente ao rendimento;

b) um mínimo de despesas não-alimentares é inevitável mesmo para aqueles que são extremamente pobres;

c) os bens alimentares deixam de ser um item relativamente importante logo que as necessidades básicas alimentares são satisfeitas.

A aplicação deste critério (método) pode levar, então, à identificação de duas formas de pobreza: *deprivation*, que será o estado em que as necessidades alimentares individuais ainda não estão satisfeitas e a *pobreza*, que se refere ao estado em que o conjunto das necessidades do indivíduo ainda não estão satisfeitas devido à falta de suficiente poder de compra²².

3.4. Pressupostos presentes na aplicação do método

A abordagem à situação concreta de S. Tomé leva-nos a considerar:

— os hábitos locais nutricionais para definir a dieta alimentar diária. Daqui parte-se para a sua conversão num orçamento mínimo alimentar;

²¹ A este propósito ver, por exemplo, V.V. Bhanoji Rao, "Measurement of Deprivation and Poverty Based on the Proportion Spent on Food: an Exploratory Exercise", *World Development*, Vol. 9; n.º 4, pp. 337 — 353, 1981.

²² Ver Fao (1981), pp. 337-339.

— o valor nutricional da dieta é feito a partir de elementos calorias/kg e adoptados em outros estudos sobre África, nomeadamente Cabo Verde²⁴;

— o custo de tal dieta pressupõe os preços legais ou oficiais em vigor no mercado, bem como os seus preços de mercado negro;

— as despesas alimentares representam 75% das despesas totais da família são-tomense. À falta de inquérito sobre despesas da família em S. Tomé, recorre-se ao valor usado nos casos de Cabo Verde e Nigéria;

— a quantidade calórica mínima por dia e por adulto são-tomense é de 3050 calorias²⁵;

— para efeitos de cálculo do rendimento de pobreza por família, a sua dimensão média, isto é, 4.2²⁶;

— a conversão do número de pessoas do agregado familiar em unidades de consumo (U.C.), isto é, em adultos masculino equivalente é feita da seguinte forma: 1 Homem = 1 U.C., 1 Mulher = 0.7 U.C. e 1 criança até 5 anos = 0.6 U.C. Donde, na família média são-tomense de 4.2 pessoas = 3.02 U.C.

4. *A composição e custo das dietas alimentares alternativas*

Os dois Quadros seguintes dão a ideia dos principais alimentos que compõem a dieta alimentar e seu respectivo custo por quilo e por 1000 calorias.

Nota-se a utilização da valorização da dieta a preços do mercado negro. A razão é simples. Em situação de escassez da oferta um mercado paralelo ao mercado oficial desponta. Os preços aí praticados são necessariamente superiores aos preços tabelados. Se as pessoas recorrem a esse mercado, então o seu rendimento real deve ser aquilatado nessas circunstâncias, pois são estes que efectivamente determinam as opções aquisitivas das pessoas.

²³ Lídia Barreiros, *An Inquiry into Poverty in Cape Verde — a Colonial Heritage*, Tese de Mestrado, Institute of Social Studies, The Hague, Holanda, 1980.

²⁴ International Labour Office (ILO), *Meeting the Basic Needs of the People of Nigeria*, 1981.

²⁵ UNCTAD, *Rapport 1984*, 1985.

²⁶ Ministério da Saúde, Trabalho e Previdência Social, *Inquérito ao Emprego e Desemprego*, 1988. Aí se refere a existência de 27.400 famílias.

**Composição da dieta em S. Tomé e custo da dieta (em dobras)
a preços de 1978, no mercado legal e mercado negro**

	Composição calórica		Por Kg.		Por 1000 calorias	
	Cal./Kg.	Prot./Kg.	Tabela	M.N.	Tabela	M.N.
ARROZ	3600	67	22	22	6.11	6.11
FEIJÃO	3450	222	36	50	10.43	14.49
MILHO	3600	93	11	11	3.05	3.05
ÓLEO ALIM.	8840		60	60	6.78	6.78
PEIXE	1320	188	20	60/80	15.15	45.45
CARNE	2258	182	115	115	50.93	50.93
MATABALA	1490	12	3	10	2.01	6.71

Fonte: Barreiros (1980), ILO (1981), Ministério da Coordenação Económica de S.T.P. (1978) e cálculos do autor a partir daí.

**Composição da dieta em S. Tomé e custo da dieta (em dobras)
a preços de 1988, no mercado legal e mercado negro**

	Composição calórica		Por Kg.		Por 1000 calorias	
	Cal./Kg.	Prot./Kg.	Tabela	M.N.	Tabela	M.N.
ARROZ	3600	67	34	34	9.44	9.44
FEIJÃO	3450	222	27.5	46	7.97	13.33
MILHO	3600	93	17.5	40	4.86	11.11
ÓLEO ALIM.	8840		60	60	6.81	6.81
PEIXE	1320	188	40	120/240	30.3	90.9
CARNE	2258	182	308	308	136.4	136.4
MATABALA	1490	12	8.5	40/80	5.7	26.84

Fonte: Ministério da Coordenação de S. Tomé (1985) e cálculos do autor.

Definido o custo da dieta alimentar, passámos a elaborar 4 cenários alternativos onde a composição dos elementos vai variando na sua prestação calórica. Identificaram-se, assim, a dieta mais pobre (menos diversificada) — D1 — até à mais rica — D4.

Depois de isto feito e convertido em termos monetários, passou-se finalmente à definição do rendimento de pobreza da família média são-tomense/mês.

**Custo de várias dietas (segundo a composição calórica)
e do rendimento de pobreza mensal familiar em S. Tomé (1978)**

	COMPOSIÇÃO (% de calorías)				CUSTO (Dobras por dia)							
	D1		D2		D3		D4		D3		D4	
	D1	D2	D3	D4	tabela	m.n.	tabela	m.n.	tabela	m.n.	tabela	m.n.
ARROZ	90	75	50	30	16.77	16.77	13.97	13.97	9.31	9.31	5.59	5.59
FEIJÃO	5	13	25	25	1.59	2.20	7.96	11.04	4.13	5.74	7.95	11.04
MILHO	—	5	15	30	—	—	0.46	0.46	1.39	1.39	2.79	2.79
ÓLEO ALIM.	5	5	3	—	1.03	1.03	1.03	1.03	0.62	0.62	—	—
PEIXE	—	2	5	10	—	—	0.92	3.69	2.31	9.24	4.62	18.48
CARNE	—	—	2	5	—	—	—	—	3.10	3.10	7.76	7.76
TOTAL	100 = 3050 calorías				19.39	20.00	20.51	24.89	24.68	34.70	28.71	45.66
CUSTO TOTAL POR MÊS (DOBRAS)					581.70	600.00	615.30	746.70	740.40	1041.0	861.30	1369.8
CUSTO TOTAL POR FAMÍLIA DE 4.2 (3.02 UCs)					1756.70	1812.0	1858.2	2255.0	2236.0	3143.8	2601.1	4136.8
RENDIMENTO DE POBREZA POR FAMÍLIA DE 4.2					2342.2	2416.0	2477.6	3006.6	2981.3	4191.7	3468.1	5515.7

**Custo de várias dietas (segundo a composição calórica)
e do rendimento de pobreza mensal familiar em S. Tomé (1988)**

	COMPOSIÇÃO (% de calorías)				CUSTO (Dobras por dia)							
	D1		D2		D3		D4		D3		D4	
	D1	D2	D3	D4	tabela	m.n.	tabela	m.n.	tabela	m.n.	tabela	m.n.
ARROZ	90	75	50	30	25.91	25.91	21.60	21.60	14.40	14.40	8.63	8.63
FEIJÃO	5	13	25	25	1.21	2.03	3.16	5.28	6.07	10.16	6.07	10.16
MILHO	—	5	15	30	—	—	0.74	1.69	2.22	5.08	4.44	10.16
ÓLEO ALIM.	5	5	3	—	1.04	1.04	1.04	1.04	0.62	0.62	—	—
PEIXE	—	2	5	10	—	—	1.84	5.54	4.62	13.86	9.24	27.72
CARNE	—	—	2	5	—	—	—	—	8.32	8.32	20.80	20.80
TOTAL	100 = 3050 calorías				28.16	28.98	28.38	35.15	36.25	52.44	49.18	77.47
CUSTO TOTAL POR MÊS (DOBRAS)					844.80	869.40	851.40	1054.5	1087.5	1573.2	1475.4	2324.1
CUSTO TOTAL POR FAMÍLIA DE 4.2 (3.02 UCs)					2551.30	2625.5	2571.2	3184.6	3284.2	4751.0	4455.7	7018.7
RENDIMENTO DE POBREZA POR FAMÍLIA DE 4.2					3401.7	3500.7	3428.3	4246.1	4379.0	6334.7	5940.9	9358.3

5. A população assalariada em pobreza absoluta

O conhecimento dos escalões de rendimento nos diversos sectores de actividade permitiu apurar a percentagem da população assalariada, no interior do seu grupo e face ao total, que se encontram abaixo do rendimento de pobreza.

Distribuição do rendimento segundo as actividades económicas (1978)

	Número	% Pop. Activa	Rend. médio mensal p/cap. (Dobras)	Número de indivíduos abaixo de:							
				D ₂		2477.6 (tabela)		3006.6 (mercado negro)			
				Número tab.	m.n.	% Grupo tab.	m.n.	% Pop. Act. tab.	m.n.		
Assalariados:											
Agricultura	12.016	71.0	2402.03	9.897	10.935	82.3	91.0	58.5	64.7		
Indústria	866	5.0	3557.61	288	506	33.2	58.4	1.7	3.0		
Comércio	462	3.0	5102.24	105	147	22.7	31.8	0.6	0.8		
Função Pública	3.554	21.0	3766.83	1.122	1.412	31.5	39.7	6.6	8.3		
TOTAL	16.898	100.0						67.4	75.8		

	Número de indivíduos abaixo de:						Número de indivíduos abaixo de:					
	D ₃		2981.3 (tabela)		4191.7 (mercado negro)		D ₄		3468.1 (tabela)		5515.7 (mercado negro)	
	Número tab.	m.n.	% Grupo tab.	m.n.	% Pop. Act. tab.	m.n.	Número tab.	m.n.	% Grupo tab.	m.n.	% Pop. Act. tab.	m.n.
Assalariados:												
Agricultura	10.935	11.597	91.0	96.5	64.7	68.6	11.075	11.835	92.1	98.5	65.5	70.0
Indústria	506	665	58.4	76.7	3.0	3.9	566	773	65.3	89.2	3.3	4.5
Comércio	147	200	31.8	43.3	0.8	1.1	164	318	35.6	68.8	1.0	1.8
Função Pública	1.412	2.573	39.7	72.4	8.3	15.2	1.964	3.112	55.2	87.5	11.6	18.4
TOTAL					75.8	88.8					81.4	94.7

251

Distribuição do rendimento segundo as actividades económicas (1988)

	Número	% Pop. Activa	Rend. médio mensal p/cap. (Dobras)	Número de individuos abaixo de:					
				D ₂		3428.3 (tabela)		4246.1 (mercado negro)	
				Número tab.	m.n.	% Grupo tab.	m.n.	% Pop. Act. tab.	m.n.
Assalariados:									
Agricultura	7.974	68.2	3828	5.249	6.528	65.8	81.8	44.8	55.8
Ind. Extractiva	22	0.02	5242	9	10	40.9	45.4	0.07	0.08
Ind. Transfor.	796	6.8	5799	194	311	24.3	39.0	1.6	2.6
Electric./Água	368	3.1	5908	66	106	17.9	28.8	0.5	0.9
Const./Obras P.	676	5.8	6031	146	213	21.5	31.5	1.2	1.8
Comércio	562	4.9	6285	91	161	16.1	28.6	0.7	1.3
Transp./Comunic.	842	7.3	5961	104	219	12.3	26.0	0.9	1.8
Bancos e Seguros	218	1.9	8991	2	9	0.9	4.1	0.02	0.07
Serv. à Colectiv.	234	2.0	4779	87	126	37.1	53.8	0.7	1.0
TOTAL	11.692	100.0	4529					50.5	65.3

	Número de indivíduos abaixo de:						Número de indivíduos abaixo de:					
	D ₃		4379 (tabela) 6334.7 (mercado negro)				D ₄		5940.9 (tabela) 9358.3 (mercado negro)			
	Número		% Grupo		% Pop. Act.		Número		% Grupo		% Pop. Act.	
tab.	m.n.	tab.	m.n.	tab.	m.n.	tab.	m.n.	tab.	m.n.	tab.	m.n.	
Assalariados:												
Agricultura	6.590	7.631	82.6	95.6	56.3	65.2	7.577	7.899	95.0	99.0	64.8	67.5
Ind. Extractiva	10	17	45.4	77.2	0.08	1.4	16	20	72.7	90.0	0.1	0.2
Ind. Transform.	323	542	40.5	68.1	2.7	4.6	508	734	63.8	92.2	4.3	6.2
Electric./Água	114	243	30.9	66.0	0.9	2.0	255	337	61.1	91.5	1.9	2.8
Const./Obras P.	225	434	33.2	64.2	1.9	3.7	414	592	61.2	87.5	3.5	5.0
Comércio	170	337	30.2	59.9	1.4	2.8	312	489	55.5	87.0	2.6	4.1
Transp./Comunic.	236	538	28.0	63.8	2.0	4.6	500	750	59.3	89.0	4.2	6.4
Bancos e Seguros	11	44	5.2	20.1	0.09	0.4	36	133	16.5	61.0	0.3	1.1
Serv. à Colectiv.	130	185	55.5	79.0	1.1	1.6	177	227	75.6	97.0	1.5	1.9
TOTAL						66.5					83.2	95.2

A leitura dos resultados para ambos os anos demonstra existir em comum:

— a percentagem da população total abaixo do rendimento de pobreza aumenta conforme se avança da dieta menos rica para a mais diversificada (de D2 para D4);

— é sempre na agricultura que encontramos os valores mais elevados de trabalhadores abaixo da linha de pobreza, e isto tanto em termos do seu próprio grupo como em termos do total da população assalariada;

— os sectores claramente mais beneficiados são os dos Bancos, Transportes e Comércio. Na dieta D3, em 1988, 82.6% dos trabalhadores agrícolas estão abaixo do rendimento de pobreza enquanto apenas 5% dos trabalhadores dos Bancos e Seguros se encontram nessa situação. Neste caso, é reconhecido que no sector da Banca e Seguros assume importância os subsídios regulares adicionais à remuneração base²⁷, o que permite um mais fácil acesso a bens e serviços.

— os trabalhadores que de uma forma geral pertencem à Função Pública, são aqueles que em melhor situação se encontram. A comparação da Função Pública do ano de 1978 com a Electricidade e Água, Construção e Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Bancos e Seguros do ano de 1988 assim o demonstra.

Para lá destes aspectos comuns, três outras observações devem ser feitas:

a) é bem visível a diferença entre o meio rural e o meio urbano quanto à população no interior do seu próprio grupo que se encontra abaixo da linha de pobreza;

b) é muito elevada a população assalariada total abaixo da linha de pobreza. No exemplo da dieta D3, esse valor é de 75% em 1978 e 66% em 1988. Em termos de preços do mercado negro esses valores sobem, respectivamente, para os 88% e 86%;

c) na comparação temporal, verifica-se uma diminuição da população assalariada abaixo do rendimento de pobreza nas dietas D2 e D3, invertendo-se a situação em D4. A isto não é estranho, no entanto, o facto de termos utilizado taxas de inflação subvalorizadas.

²⁷ Ministério da Saúde, Trabalho e Segurança Social, *Quadros de Pessoal 1988*, p. 9.

5.1. Um cenário alternativo: mudança nos hábitos alimentares

Sabe-se a influência dos factores extra-económicos nos padrões culturais dos povos. Os hábitos alimentares são uma componente da cultura dos povos e o seu comportamento alimentar reflecte-a.

S. Tomé e Príncipe foi até há alguns anos uma colónia portuguesa. Nessa situação, a imposição de hábitos alimentares foi uma constante e tornou-se parte integrante do dia-a-dia são-tomense.

Pelo que nos interessa, a manutenção desse padrão de habituação alimentar traz duas consequências:

- dependência face ao exterior pela manutenção das importações de produtos que esta economia se mostra incapaz de produzir (já mostrado no início do estudo);
- não aproveita as potencialidades das produções internas alternativas e que contribuiriam para diminuir o déficite externo e aumentar os rendimentos que internamente se podiam gerar.

A situação não é, contudo, tão simples como à primeira vista possa parecer.

Não se considerando a hipótese de inverter essa situação através da divulgação, informação e apoio na produção de bens passíveis de serem produzidos internamente e que fizeram parte dos hábitos alimentares do povo, continuar-se-à a planificar a comercialização de produtos que compõem as necessidades básicas alimentares segundo as preferências reveladas pelos consumidores, sem agir para as alterar num melhor sentido, isto é, em termos de eficiência do consumo²⁸.

Há, contudo, alguns indícios de que este problema é sentido. O Presidente da RDSTP refere, numa entrevista efectuada em 1984, que quando se pergunta a um trabalhador o que pretende ele que o Governo importe, a resposta é: leite, manteiga, farinha e queijo. E acrescenta o Presidente de S. Tomé: “aqui toda a gente conhece tudo e *tudo o que não é produzido internamente têm o hábito de o consumir*”²⁹.

Existe uma percepção da gravidade do problema e da necessidade de inverter tal situação, tanto mais que “a *ajuda alimentar* que obtemos, embora nos ajude muito, coloca igualmente certos problemas; ...*ela enraiza velhos hábitos alimentares* que nos causam já hoje problemas”.

²⁸ Trata-se da questão de saber se as características dos produtos consumidos correspondem a necessidades ou se não é possível substituir esses produtos por outros. Ver a este propósito Lancaster, “A New Approach to Consumer’s Theory”, *The Journal of Political Economy*, Vol. LXXIV, n.º 2, 1966.

²⁹ *Le Courier*, n.º 85, pp. 35-51, 1984.

Colocado o problema deste modo, o Presidente da RDSTP propõe, como exemplo, o consumo dum tubérculo, a *matabala*. Refere que a tentativa de a fazer ser aceite pelos são-tomenses demorou 4 anos, pois na época colonial não havia (tinha-se perdido) esse hábito. Actualmente, a procura é de tal ordem que a produção já não responde ao nível desejado. E a sua conclusão é: “isso é muito positivo pois significa que podemos produzir bastante mais de produtos tradicionais em S. Tomé e ter a certeza de encontrar consumidores”.

Com base nestas considerações, resolvemos ensaiar um cenário onde a *matabala* entrasse na composição da dieta alimentar.

O cenário alternativo que inclui a *matabala* aproxima-se da dieta D3, mas situando-se entre as dietas D3 e D4. A razão de ser de assim procedermos tem a ver com a ponderação dada ao cabaz de produtos alimentares que serve de base para cálculo do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em S. Tomé. As suas posições relativas são: 43% para o arroz, 18% para a banana, 13% para a farinha (trigo e milho), 10% para a carne, 5% para o peixe e 3% para o óleo alimentar. Note-se que o 1.º, 3.º, 4.º e 6.º produtos são importados.

Dieta alternativa: introdução do produto local — matabala

	COMPOSIÇÃO CALÓRIA (%)	1978		1988	
		TABELA	M.N.	TABELA	M.N.
ARROZ	30	5.59	5.59	8.63	8.63
FEIJÃO	20	6.36	8.83	4.86	8.13
MILHO	25	2.32	2.32	3.70	8.47
ÓLEO ALIM.	3	0.62	0.62	0.62	0.62
PEIXE	5	2.31	9.24	4.62	13.86
CARNE	2	3.10	3.10	8.32	8.32
MATABALA	15	0.91	3.06	2.60	12.27
TOTAL		21.21	32.76	33.35	60.30
CUSTO TOTAL POR MÊS		593.40	982.00	1000.50	1809.0
CUSTO TOTAL POR FAMÍLIA DE 3.6		1792.00	2968.00	3021.50	5463.10
RENDIMENTO DE POBREZA POR FAMÍLIA DE 3.6		2389.40	3957.40	4028.60	7284.20

Transpondo estes valores para o cálculo do rendimento de pobreza em 1978 e 1988, chegámos aos seguintes valores:

Cenário alternativo: rendimento de pobreza

1978						
Número de indivíduos abaixo de:						
2389.4 (tabela)						
D ₃ /D ₄ 3957.4 (mercado negro)						
	Número		% Grupo		% Pop Act.	
	tab.	m.n.	tab.	m.n.	tab.	m.n.
Assalariados:						
Agricultura	8.887	11.573	73.9	96.3	52.5	68.4
Indústria	251	639	28.9	73.7	1.4	3.7
Comércio	90	196	19.4	42.4	0.5	1.1
Função Pública	953	2.473	26.8	69.5	5.6	14.6
TOTAL					60.0	87.8
1988						
Número de indivíduos abaixo de:						
4028.6 (tabela)						
D ₃ /D ₄ 7284.2 (mercado negro)						
	Número		% Grupo		% Pop Act.	
	tab.	m.n.	tab.	m.n.	tab.	m.n.

Os resultados a que se chegou permitem que se conclua pela nítida diminuição da percentagem dos trabalhadores abaixo do rendimento de pobreza.

Assim, e em termos dos preços oficiais para 1978, esse valor diminui do intervalo 81% — 75%, isto é, as dietas D4 e D3, para os 60%. Para o ano de 1988 essa diminuição vem dos 83% — 66% para os 62%.

Conclui-se, deste modo, pela existência de potencialidades na economia são-tomense e que permitam simultaneamente:

- a) diminuir o número de famílias vivendo abaixo da linha de pobreza;
- b) aumentar a produção nacional em produtos adaptados às condições locais e diminuir a dependência alimentar externa;
- c) gerar rendimentos alternativos a diversas famílias;
- d) diminuir o dispêndio de divisas na aquisição de produtos alimentares ao exterior, contribuindo para uma diminuição do déficite externo.

6. *O impacto do ajustamento estrutural e o papel da democracia nas desigualdades sociais*

O estado a que chegou a economia são-tomense conduziu o seu Governo à elaboração de um Plano de Ajustamento Estrutural, cujas características fundamentais já foram mais atrás referidas.

O impacto que as medidas nele previstas têm, não apenas na esfera económica mas igualmente no plano social, não são menores.

As desvalorizações da moeda nacional (Dobra), iniciadas em 1987, não permitiram ainda melhorar as condições salariais e sociais dos trabalhadores do sector agrícola de exportação³⁰.

Mantendo uma capacidade de substituição das importações muito fraca, os produtos alimentares básicos são importados. Por outro lado, aqueles que são produzidos internamente não satisfazem a procura. O efeito conjugado destes dois factores traduz-se numa taxa de inflação elevada — 18.1% em média anual no período 1980-1988³¹. Contudo, após o início da aplicação do PAE, a taxa de inflação dos produtos alimentares e não-alimentares atingiu, em 1989, respectivamente os 32%³² e os 42%.

Embora tivesse ocorrido um aumento generalizado dos salários na ordem dos 30% em 1987, na sequência do PAE, e que foi complementado com um aumento de 15% no início de 1988 dirigido exclusivamente aos trabalhadores agrícolas e destinado a evitar o seu êxodo das plantações, o facto é que essas medidas têm-se manifestado insuficientes para evitar a diminuição do nível de vida dos trabalhadores.

³⁰ Nações Unidas, *Mémoire de S. Tomé-et-Príncipe*, 1990.

³¹ The World Bank, *World Development Report 1990 — Poverty*, Oxford University Press, 1990.

³² Nações Unidas, *Mémoire de São Tomé-et-Príncipe*, 1990.

Deste modo, não é de estranhar que se tenha assistido durante o ano de 1990 a um surto de greves e paralizações que afectaram, em particular, as empresas agrícolas nacionais. O acumular da falta de pagamento de salários, processo que já havia ocorrido nos anos 80, é a razão mais imediata para justificar tais acções.

Com salários em atraso e com o preço dos produtos a subir, este último em consequência das medidas previstas no PAE (liberalização dos preços e fim dos subsídios estatais em alguns produtos de grande consumo), os custos sociais do ajustamento começam a fazer-se sentir.

Para evitar uma dramatização dessa situação, o PAE prevê o desenvolvimento de acções específicas a fim de minorar os custos sociais: protecção dos grupos vulneráveis, medidas compensatórias e disposições transitórias e participação dos pobres no processo de crescimento³³:

Proteção dos grupos vulneráveis	Medidas compensatórias e disposições transitórias	Participação dos pobres no crescimento
Salvaguarda das despesas públicas relativas aos serviços de base da educação e saúde	Acesso a 6 produtos de base essenciais (arroz, leite, açúcar, farinha, óleo) a preços subvencionados	Programa de distribuição de terras no quadro dum conjunto de incentivos
Programa de ajuda alimentar no quadro dum conjunto de incentivos aos trabalhadores do cacau	Pagamento de indemnizações aos funcionários dispensados	Mecanismos de crédito rural para os pequenos agricultores
	Programa de reciclagem e de reinstalação no campo para os funcionários dispensados	

Se estas intenções faziam parte do PAE inicial, o certo é que decorridos quase três anos da sua aplicação e perante a persistência, senão mesmo agravamento, dos desequilíbrios económicos internos e externos, novas medidas foram elaboradas no âmbito do PAE em Junho de 1990.

Assim, para além da desvalorização da Dobra, serão eliminados os preços tabelados para produtos alimentares, que ficarão sujeitos às tarifas do mercado internacional. Igual medida vai ser tomada em relação

³³ Ver Ismail Serageldin, *Pauvreté, Ajustement et Croissance en Afrique*, Publication de la Banque Mondiale, Washington, 1989.

aos serviços públicos, nomeadamente a energia pública, água, telecomunicações, transportes e combustíveis.

O que o conjunto destas medidas e seus efeitos práticos vêm demonstrar, não apenas no caso de S. Tomé mas em praticamente todos os países que se veem obrigados a aplicar programas de ajustamento, é que existe uma dissociação entre as consequências que se fazem sentir entre os níveis macroeconómico e microeconómico. Este último é normalmente o sacrificado mas é precisamente aquele que directamente diz respeito ao dia-a-dia das populações. E se estas não se virem envolvidas nos Programas e não sentirem os benefícios da sua aplicação, o quadro em que aqueles se aplicam será bem mais complicado.

É neste âmbito que achamos interessante efectuar algumas reflexões sobre o papel da democracia nesta sociedade e seu contributo para a diminuição das desigualdades sociais.

Algumas das questões que se nos levantam têm a ver com: até que ponto o objectivo de instaurar um regime democrático multipartidário é imposto (consequência) pela má performance económica do país? Qual o seu real alcance numa sociedade inexperiente neste domínio? Que papel lhe está reservado em articulação com os objectivos e consequências do PAE?

Não deve estar longe da verdade a consideração de que o desejo de instaurar a democracia em S. Tomé esteja intimamente ligada aos caos económico do país. As suas consequências imediatas nos planos social e político são evidentes. Por outro lado, a nível externo, as pressões internacionais para instauração de regimes democráticos e feitas por Governos e instituições internacionais são igualmente um factor a tomar em consideração.

Daí que, se o elemento determinante no despoletar daquele objectivo não decorre do próprio processo económico e político interno, então à partida esse mesmo objectivo está condicionado.

Mas um outro problema existe.

Na ausência de uma cultura democrática específica, existirão dificuldades para consolidar uma estratégia de construção de democracia. E perante isto poder-se-à encarar a democratização apenas como um processo de criação institucional, o que é claramente o perigo de uma concepção formalista.

Em situação limite, se os planos social e político estiverem separados e sem canais de comunicação orgânica e institucionais, então não se pode esperar que a expressão das reivindicações económicas e sociais encontrem canal de veiculação adequado.

E este parece-nos ser um real problema na situação específica de S. Tomé: ou se encontram meios eficazes de articulação da sociedade civil/sociedade política/Estado ou o formalismo da democracia fará escola, ajudado pela inexperiência da convivência democrática e tentada pela solução estatista.

No cenário de que a instauração de uma sociedade democrática irá possibilitar a luta política e o aparecimento de formas organizacionais próprias da sociedade civil, então podemos vir a assistir a uma participação das populações na definição do seu próprio destino, nos planos económicos, político, social, cultural, etc.

Numa sociedade deste tipo, naturalmente com os seus próprios problemas e tensões, talvez se criem condições para encarar frontalmente o programa de ajustamento na sua vertente dos custos sociais. Assim, contribuir-se-à para fazer sobressair não só a situação específica de dois grupos sociais — as mulheres e os jovens —, mas igualmente para alertar para o problema da pobreza e as formas de a combater.

7. Conclusão

Neste trabalho pretendemos apresentar os resultados a que chegámos com a aplicação de uma metodologia para aferir o grau de pobreza que atinge a população assalariada de São Tomé e Príncipe.

Demonstrou-se a elevada percentagem de população que se encontra abaixo da linha de pobreza e que é mais evidente no meio rural do que no meio urbano.

A aplicação de uma dieta alimentar alternativa com a inclusão de um produto nacional mostrou que essa percentagem pode baixar significativamente. Assim, uma política agrícola e alimentar correcta pode levar à auto-suficiência em certo número de produtos. Em paralelo, um esforço deve ser feito no sentido de alterar os hábitos alimentares da população.

As consequências económicas e sociais do programa de ajustamento estrutural aplicado desde 1987 têm-se feito sentir. A primazia posta nos aspectos macroeconómicos faz passar para segundo plano o seu impacto ao nível microeconómico. Contudo, é a este nível que as consequências directas se fazem sentir. Daí que já se fale em *ajustamento com rosto humano*.

O desejo de instaurar uma sociedade democrática, pese embora os problemas que surgirão, poderá contribuir para atenuar esses efeitos, nomeadamente pelo envolvimento das populações na definição do seu

processo de desenvolvimento. Neste aspecto, deve ser mantida uma atenção central relativa à questão da pobreza e da situação das mulheres e jovens.

SUMMARY

ABSOLUTE POVERTY AND SOCIAL INEQUALITIES, STRUCTURAL ADJUSTMENT AND DEMOCRACY IN R.D. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

The article presents the results obtained through the application of a methodology aimed at measuring the degree of poverty of the wage-earning population of S. Tomé e Príncipe.

That degree of poverty is found to be fairly extensive and affects rural areas to a greater extent than urban.

The article shows the possibility, through the adoption of an alternative diet, of lowering the percentage of population considered to be in a situation of poverty. A correct agriculture and food policy, together with an effort to alter some dietary habits are indispensable conditions for this.

The economic and social consequences of the programme of structural adjustment, applied since 1987, have repercussions in this domain. The necessity of introducing adjustments on humanitarian grounds, together with in the restoration of democracy — through the involvement of populations and the free expression of civil society — could contribute to attenuating existing social inequalities.

Ennes Ferreira